

## Introdução à Economia ( A )

Conceito: É uma ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas.

Em qualquer sociedade, os recursos ou fatores de produção são escassos; contudo as necessidades humanas são ilimitadas, e sempre se renovam. Isso obriga a sociedade a escolher entre alternativas de produção e de distribuição dos resultados da atividade produtiva aos vários grupos da sociedade.

### Sistemas Econômicos

Pode ser definido como sendo a forma política, social e econômica pela qual está organizada uma sociedade.

Os elementos básicos de um sistema econômico são:

- A) Estoques de Recursos Produtivos ou Fatores de Produção: recursos humanos (trabalho e capacidade empresarial), o capital, terra, reservas naturais e a tecnologia.
- B) Complexo de unidades de produção: constituído pelas empresas.
- C) Conjunto de instituições políticas, jurídicas, econômicas e sociais: que são à base da organização da sociedade.

Os sistemas econômicos podem ser classificados em:

- A) Sistema capitalista, ou economia de mercado, é aquele regido pelas forças de mercado, predominando a livre iniciativa e a propriedade privada dos fatores de produção.
- B) Sistema socialista ou economia centralizada, ou ainda economia planificada, é aquele em que as questões econômicas fundamentais são resolvidas por um órgão central de planejamento, predominando a propriedade pública dos fatores de produção.

### Os Problemas Econômicos Fundamentais

Da escassez dos recursos ou dos fatores de produção, associa-se às necessidades ilimitadas do homem, originando problemas econômicos fundamentais:

- A) O quê e quanto produzir: Dada a escassez de recursos de produção, a sociedade terá de escolher, quais produtos serão produzidos e em que quantidades.
- B) Como produzir: A sociedade terá de escolher ainda quais recursos de produção serão utilizados para a produção de bens e serviços, dado o nível tecnológico existente.
- C) Para quem produzir: A sociedade terá também que decidir como seus membros participarão da distribuição dos resultados de sua produção (demanda, oferta, determinação de salários, das rendas das terras, dos juros etc).

Continuação (A)

Em economias de mercado, esses problemas são resolvidos pelos mecanismos de preços atuando por meio da oferta e da demanda. Nas economias centralizadas, essas questões são decididas por um órgão central de planejamento, a partir de um levantamento dos recursos de produção disponíveis e das necessidades do país, e não pela oferta e demanda no mercado.

### Curva de Possibilidades de Produção (ou curva de transformação).

É um conceito teórico com o qual se ilustra, como a questão da escassez impõe um limite à capacidade produtiva de uma sociedade, que terá que fazer escolhas entre alternativas de produção.

Devido à escassez de recursos, a produção total de um país tem um limite máximo, onde todos os recursos disponíveis estão empregados.

Suponhamos uma economia que só produza máquinas (Bens de Capital) e alimentos (Bens de Consumo) e que as alternativas de produção de ambos seja as seguintes: Mostrar em gráfico.

Alternativas de Produção	Máquinas (milhares)	Alimentos (toneladas)
A	25	0
B	20	30
C	15	45
D	10	60
E	0	70

Conceito de Custo de Oportunidade:

A transferência dos fatores de produção de um bem A para produzir um bem B implica um custo de oportunidade que é igual ao sacrifício de se deixar de produzir parte do bem A para se produzir mais do bem B. O custo de oportunidade por representar o custo da produção alternativa sacrificada, reflete em um custo implícito.

Deslocamento da Curva de Possibilidade de Produção

Isso pode ocorrer fundamentalmente tanto em função do aumento da quantidade física de fatores de produção quanto em função de melhor aproveitamento dos recursos já existentes, o que pode ocorrer com o progresso tecnológico, maior eficiência produtiva e organizacional das empresas e melhoria no grau de qualificação da mão-de-obra.

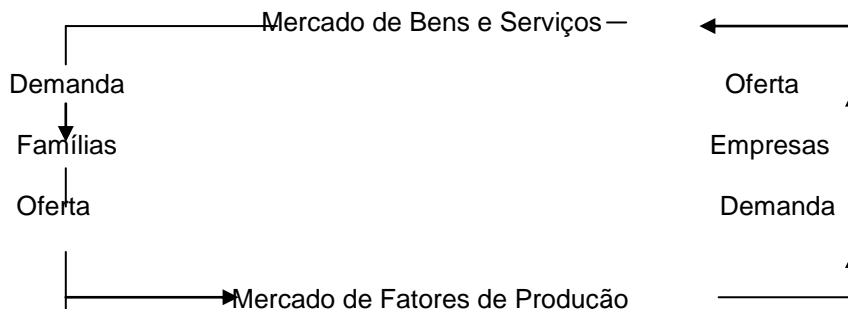
Funcionamento de uma economia de mercado: Fluxos Reais e Monetários

Para entender o funcionamento do sistema econômico, vamos supor uma economia de mercado que não tenha interferência do governo e não tenha transações com exterior ( economia fechada ).

Continuação ( A )

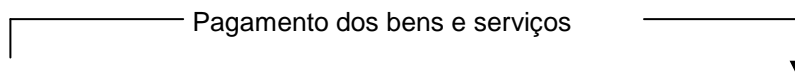
Os agentes econômicos são as famílias e as empresas. As famílias são proprietárias de fatores de produção e os fornecem às empresas, através do mercado dos fatores de produção. As empresas, através da combinação dos fatores de produção, produzem bens e serviços e os fornecem às famílias por meio do mercado de bens e serviços.

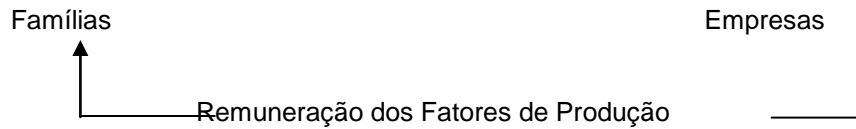
Fluxo Real da Economia



No entanto, o fluxo real da economia só se torna possível com a presença da moeda, que é utilizada para remunerar os fatores de produção e para o pagamento dos bens e serviços. Desse modo, paralelamente ao fluxo real temos um fluxo monetário da economia.

Fluxo Monetário da Economia





Definição de Bens de Capital, Bens de Consumo, Bens Intermediários e Fatores de Produção.

Bens de Capital: são aqueles utilizados na fabricação de outros bens, mas que não se desgastam totalmente no processo produtivo. Exemplo: Máquinas, Equipamentos e Instalações.

Bens de Consumo: destinam-se diretamente ao atendimento das necessidades humanas. De acordo com sua durabilidade, podem ser classificados como duráveis.

(geladeiras, fogões, automóveis) ou como não – duráveis (alimentos, produtos de limpeza).

Bens Intermediários: são aqueles que são transformados ou agregados na produção de outros bens e que são consumidos totalmente no processo de produtivo (insumos, matérias-primas e componentes).

Fatores de Produção: São constituídas pelos recursos humanos (trabalho e capacidade empresarial), terra, capital e tecnologia.

Continuação (A)

Cada fator de produção corresponde uma remuneração, a saber:

Fator de Produção	Tipo de Remuneração
Trabalho	Salário
Capital	Juro
Terra	Aluguel
Tecnologia	Royalty
Capacidade empresarial	Lucro

Argumentos positivos versus argumentos normativos.

A Economia é uma ciência social e utiliza fundamentalmente uma análise positiva, que deverá explicar os fatos da realidade. Os argumentos positivos estão contidos na análise que não envolve juízo de valor, estando esta estritamente limitada a argumentos descritivos, ou noções científicas.

Por exemplo, se o preço da gasolina aumentar em relação a todos os outros preços, então a quantidade que as pessoas irão comprar de gasolina cairá. É uma análise do que é.

Definimos também argumentos normativos, que é uma análise que contém, explícita ou implicitamente, um juízo de valor sobre alguma medida econômica.

Por exemplo, na afirmação “o preço da gasolina não deve subir” expressamos uma opinião ou juízo de valor, ou seja, se é uma coisa boa ou má. É uma análise do que deveria ser.

Suponha, por exemplo, que desejemos uma melhoria na distribuição de renda do país. É um julgamento de valor em que acreditamos. O administrador de política econômica dispõe de algumas opções para alcançar esse objetivo (aumentar salários, combater a inflação, criar empregos etc.). A Economia Positiva ajudará a escolher os instrumentos de política econômica mais adequados. Esse é um argumento positivo, indicando que aumentos salariais, nessas circunstâncias, não constituem a política mais adequada.

Dessa forma, a Economia positiva pode ser utilizada como base para escolha da política mais apropriada, de forma a atender os objetivos individuais ou da nação.

Continuação ( A )

Inter-relação da Economia com outras áreas do conhecimento

Economia : Apesar de ser uma ciência social, a Economia é limitado pelo meio físico, dado que os recursos são escassos, e se ocupa de quantidades físicas e das relações entre as quantidades, como a que se estabelece entre a produção de bens e serviços e os fatores de produção utilizados no processo produtivos.

A Economia apresenta muitas regularidades, sendo que algumas relações são invioláveis. Por Exemplo: O consumo nacional depende diretamente da renda nacional. A quantidade demandada de um bem tem uma relação inversamente proporcional com o seu preço. As exportações e as importações dependem da taxa de câmbio.

A área que está voltada para quantificação dos modelos é a Econometria, que combina Teoria Econômica, Matemática e Estatística.

\* Economia e Política: São áreas muito interligadas, tornando-se difícil estabelecer uma relação de causalidade entre elas. A estrutura política se encontra muitas vezes subordinadas ao poder econômico. Citemos alguns exemplos:

Poder Econômico dos latifundiários, poder dos oligopólios e monopólios, poder das corporações estatais.

\* Economia e História: A pesquisa histórica é extremamente útil e necessária para Economia, pois ela facilita a compreensão do presente e ajuda nas previsões para o futuro com base nos fatos do passado. As guerras e revoluções, por exemplo, alteraram o comportamento e a evolução da Economia.

\* Economia e Geografia: A Geografia não é o simples registro de acidentes Geográficos e climáticos. Ela nos permite avaliar fatores muito úteis à análise econômica, como as condições geoeconômicas dos mercados, a concentração espacial dos fatores produtivos, a localização de empresas e a composição setorial da atividade econômica.

\* Economia, Moral, Justiça e Filosofia: Na pré-economia, antes da Revolução Industrial do século XVIII, que corresponde ao período da Idade Média, a atividade econômica era vista como parte integrante da Filosofia, Moral e Ética. A Economia era orientada por princípios morais e de justiça.

### Divisão do Estudo Econômico

A análise econômica, para fins metodológicos e didáticos, é normalmente dividida em quatro áreas de estudo:

- 1) Microeconomia ou Teoria da Formação de Preços.
- 2) Macroeconomia.
- 3) Economia Internacional.
- 4) Desenvolvimento e Crescimento Econômico.

### Introdução à Microeconomia ( B )

Conceito: Microeconomia, ou Teoria Geral dos Preços, analisa a formação de preços no mercado, ou seja, como a empresa e o consumidor interagem e decidem qual o preço e a quantidade de um determinado bem ou serviço em mercados específicos. A microeconomia estuda o funcionamento da oferta e da procura na formação do preço no mercado, isto é, o preço sendo obtido pela interação do conjunto dos consumidores com o conjunto de empresas que fabricam um dado bem ou serviço.

Do ponto de vista da economia de empresas, onde se estuda uma empresa específica, prevalece a visão contábil financeira na formação do preço de venda de seu produto, baseada principalmente nos custos de produção, enquanto na Microeconomia prevalece a visão do mercado.

O conceito de empresa possui 2 visões: a econômica e a jurídica. Do ponto de vista econômico, empresas ou estabelecimento comercial é a combinação pelo empresário, dos fatores de produção: capital, trabalho, terra e tecnologia, de modo organizados para se obter o maior volume possível de produção ou de serviços ao menor custo.

Na doutrina jurídica reconhece-se o estabelecimento como uma universalidade de direito, incluindo-se na atividade econômica um complexo de relações jurídicas entre o empresário e a empresa.

### Pressupostos básicos da análise microeconômica

A hipótese *coeteris paribus* ( tudo o mais permanece constante ): o foco de estudo é dirigido apenas àquele mercado, analisando o papel que a oferta e a demanda nele exercem, supondo que outras variáveis interfiram muito pouco, ou que não interfiram de maneira absoluta.

### Papel dos preços relativos

Na análise microeconômica, são mais relevantes os preços relativos, isto é, os preços dos bens em relação aos demais, do que os preços absolutos ( isolados) das mercadorias. Exemplo: se o preço do guaraná cair 10%, mas também o preço da soda cair em 10%, nada deve acontecer na demanda dos dois bens, mas se cair apenas o preço do guaraná, permanecendo inalterado o preço da soda, deve-se esperar um aumento na quantidade procurada de guaraná e uma queda na soda. Embora não tenha havido alteração no preço absoluto da soda, seu preço relativo aumentou, quando comparado com o guaraná.

### Princípio da Racionalidade

Por esse princípio, os empresários tentam sempre maximizar lucros condicionados pelos custos de produção, os consumidores procuram maximizar sua satisfação no consumo de bens e serviços ( limitados por sua renda e pelos preços das mercadorias).

Continuação ( B )

### Aplicações da análise microeconômica

A teoria microeconômica não é um manual de técnicas para a tomada de decisões do dia-a-dia, mesmo assim ela representa uma ferramenta útil para esclarecer políticas e estratégias, dentro de um horizonte de planejamento, tanto em nível de empresas quanto de nível de política econômica.

Para as empresas, a análise microeconômica pode subsidiar as seguintes decisões:

Políticas de preços da empresa.

Previsão de demanda e faturamento.

Previsão de custos de produção.

Decisões ótimas de produção (melhor combinação dos custos de produção).

Avaliação e elaboração de projetos de investimentos (análise custo/benefício)

Política de propaganda e publicidade.

Localização da empresa.

Em relação da política econômica, pode contribuir na análise e tomada de decisões das seguintes questões:

Efeitos de impostos sobre mercados específicos.

Política de subsídios.

Fixação de preços mínimos na agricultura.

Controle de preços

Política Salarial

Políticas de tarifas públicas. (água, luz, etc.).

### Divisão do estudo microeconômico

- Análise da Demanda: A Teoria da Demanda ou Procura de uma mercadoria ou serviço divide-se em Teoria do Consumidor e Teoria da Demanda de Mercado.
- Análise da Oferta: A Teoria da Oferta de um bem ou serviço também se subdivide em oferta de firma individual e oferta de mercado.

- Análise das estruturas de mercado: A partir da demanda e da oferta de mercado são determinados o preço e a quantidade de um bem ou serviço.
  - \* As estruturas de mercado de bens e serviços são:
    - a) concorrência perfeita;
    - b) monopólio;
    - c) oligopólio
    - d) concorrência imperfeita ou monopolista;
- As estruturas de mercado de fatores de produção são:
  - a) concorrência perfeita;
  - b) monopólio bilateral;
  - c) monopólio;
  - d) oligopólio.
- Teoria do equilíbrio geral: A análise do equilíbrio geral leva em conta as inter-relações entre todos os mercados, procurando analisar se o comportamento independente de cada agente econômico conduz todos a uma posição de equilíbrio global, embora todos sejam, na realidade, interdependente.

### Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado (C)

Breve Histórico: Os fundamentos da análise da demanda ou procura estão alicerçados no conceito subjetivo de utilidade. A utilidade representa o grau de satisfação que os consumidores atribuem aos bens e serviços que podem adquirir no mercado. Como está baseada em aspectos psicológicos ou preferências, a utilidade difere de consumidor para consumidor (uns preferem uísque, outros preferem cerveja etc.).

A Teoria do Valor Utilidade contrapõem-se à chamada Teoria Valor Trabalho, desenvolvida por economistas clássicos. A Teoria do Valor Utilidade pressupõe que um valor de um bem se forma pela sua demanda, isto é, pela satisfação que um bem representa para o consumidor.

A Teoria Valor Trabalho considera que um bem se forma do lado da oferta, através dos custos do trabalho incorporado ao bem. Os custos de produção eram representados basicamente pelo fator mão-de-obra, em que a terra era praticamente gratuita e o capital pouco significativo.

Pode-se dizer que a Teoria do Valor - Utilidade veio complementar a Teoria Valor – Trabalho, pois não era mais possível prever o comportamento dos preços dos bens apenas com base nos custos da mão de obra ( ou mesmo custos em geral ) sem considerar o lado da demanda ( padrão de gostos, hábitos, renda etc.).

Ademais, a Teoria do Valor Utilidade permitiu distinguir o valor de uso do valor de troca de um bem. O valor de uso é a utilidade que ele representa para o consumidor. Valor de troca se forma pelo preço no mercado, pelo encontro da oferta e da demanda do bem.

#### Demanda de Mercado

Conceito: A demanda ou procura pode ser definida como a quantidade de um determinado bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir em determinado período de tempo.

A procura depende de variáveis que influenciam a escolha do consumidor. São elas: o preço do bem e serviço, o preço dos outros bens, a renda do consumidor e o gosto ou preferência do indivíduo. Para estudar-se a influência dessas variáveis utiliza-se a hipótese do *coeteris paribus*, ou seja, considera-se cada uma dessas variáveis afetando separadamente as decisões do consumidor.

#### Relação entre a quantidade procurada e preço do bem: A Lei Geral da Demanda

Há uma relação inversamente proporcional entre a quantidade procurada e o preço do bem. É a chamada Lei Geral da Demanda. Essa relação pode ser observada a partir dos conceitos de escala de procura, curva de procura ou função demanda.

A relação preço/quantidade procurada pode ser representada por uma escala de procura, conforme apresentada a seguir:

Alternativa de preço (\$)	Quantidade Demandada
1,00	12.000
3,00	8.000
6,00	4.000
8,00	3.000
10,00	2.000

A curva da demanda é negativamente inclinada devido ao efeito conjunto de dois fatores: o efeito substituição e o efeito renda. Se o preço de um bem aumenta, a queda da quantidade demanda será provocada por esses dois efeitos somados:

- Efeito substituição: se um bem possui um substituto, ou seja, outro bem similar que satisfaça a mesma necessidade, quando seu preço aumenta, o consumidor passa adquirir o bem substituto, reduzindo assim sua demanda. Exemplo: Fósforo.
- Efeito renda: quando aumenta o preço de um bem, o consumidor perde o poder aquisitivo, e a demanda por esse produto diminui.

#### Outras variáveis que afetam a demanda de um bem

Efetivamente, a procura de uma mercadoria não é influenciada apenas por seu preço. Existe uma série de outras variáveis que também afetam a procura.

- Se a renda dos consumidores aumenta e a demanda do produto também, temos um bem normal.
- Bem inferior, cuja demanda varia em sentido inverso às variações da renda; exemplo se o consumidor ficar mais rico, diminuirá o consumo de carne de segunda, e aumentará o consumo da carne de primeira.
- Bens de consumo saciado, quando a demanda do bem, quase não é influenciada pela renda dos consumidores (arroz, farinha, sal, etc.), muitas vezes ocorre a diminuição do consumo deste tipo de bem, devido ao aumento da renda.
- Bens substitutos, quando há uma relação direta entre o preço de um bem e a quantidade de outro. Exemplo: um aumento no preço da carne deve elevar a demanda de peixe.
- Bens complementares: São bens que podem ser utilizados em conjunto ou que ficam melhores utilizados. Ex: Se aumentar o preço da impressora e a quantidade demandada de cartuchos diminuir é porque a impressora e o cartucho são complementares no consumo.

#### Oferta de Mercado

Pode-se conceituar oferta como as várias quantidades que os produtores desejam oferecer ao mercado em determinado período de tempo. Da mesma maneira que a demanda, a oferta depende de vários fatores; dentre eles, de seu próprio preço, dos demais preços, dos preços dos fatores de produção, das preferências do empresário e da tecnologia.

Diferentemente da função demanda, a função de oferta mostra uma correlação direta entre a quantidade ofertada e nível de preços. É a chamada Lei Geral da Oferta.

Continuação ( C )

Podemos expressar uma escala de oferta de um bem X, ou seja, dada uma série de preços, quais seriam as quantidades ofertadas a cada preço:

Preço ( \$ )	Quantidade Ofertada
1,00	1.000
3,00	5.000
6,00	9.000
8,00	11.000

10,00	13.000

### Equilíbrio de Mercado

A interação das curvas de demanda e de oferta determina o preço e a quantidade de equilíbrio de um bem ou serviço em um dado mercado.

Veja o quadro a seguir representativo da oferta e da demanda do bem X:

Preço	Quantidade		Situação de Mercado
	Procurada	Ofertada	
1,00	11	1	Excesso de procura (escassez de oferta)
3,00	9	3	Excesso de procura (escassez de oferta)
6,00	6	6	Equilíbrio entre oferta e procura
8,00	4	8	Excesso de oferta (escassez de procura)
10,00	2	10	Excesso de oferta (escassez de procura)

Como se observa na tabela, existe equilíbrio entre oferta e demanda do bem X, quando o preço é igual a 6,00 unidades monetárias.

### Interferência do Governo no equilíbrio de mercado

O governo intervém na formação de preços de mercado, a nível microeconômico, e quando fixa impostos e subsídios, estabelecem critérios de reajustes do salário mínimo, fixa preços mínimos para produtos agrícolas decreta tabelamentos ou ainda congelamento de preços e salários.

A) Estabelecimento de Impostos: É sabido que quem recolhe a totalidade do tributo é a empresa, mas isso não quer dizer que é ela quem efetivamente paga. Assim, saber sobre quem recai efetivamente o ônus do tributo é uma questão da maior importância na análise dos mercados.

Os tributos se dividem em impostos, taxas e contribuições de melhoria. Os impostos dividem-se em:

Impostos Indiretos: impostos incidentes sobre o consumo ou sobre as vendas. Exemplo: Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Impostos Diretos: Impostos incidentes sobre a renda. Exemplo: Imposto de Renda.

Entre os impostos indiretos destacamos:

Imposto Específico: Recai sobre a unidade vendida. Exemplo: para cada carro vendido, recolhe-se, a título de imposto, R\$ 5.000 ao governo (esse valor é fixo e independente do valor da mercadoria).

Imposto ad valorem: é um percentual (alíquota) aplicado sobre o valor de venda. Exemplo: supondo a alíquota do IPI sobre automóveis de 10 %, se o valor do automóvel for de R\$ 50.000, o valor do IPI será de R\$ 5.000; se o valor aumentar para R\$ 60.000, o valor do IPI será de R\$ 6.000. Assim, como se pode notar, a alíquota permanece inalterada em 10%, enquanto o valor do imposto varia com o preço do automóvel.

Política de preços mínimos na agricultura: Trata-se de uma política que visa dar garantia de preços ao produtor agrícola, com propósito de protegê-lo das flutuações dos preços no mercado, ou seja, ajudá-lo diante de uma possível queda acentuada de preços e conseqüentemente da renda agrícola. O governo, antes do início do plantio, garante um preço que ele pagará após a colheita do produto.



Tabelamento: Refere-se à intervenção do governo no sistema de preços de mercado visando coibir abusos por parte dos vendedores, controlar preços de bens de primeira necessidade ou então refrear o processo inflacionário, como foi adotado no Brasil ( Planos Cruzado, Bresser etc.), quando se aplicou o congelamento de preços e salários.

### Exercícios

- 1) O que são e como podemos identificar se os bens são substitutos na produção? Exemplifique.
- 2) Dada uma curva de possibilidade de produção, explique:  
a) Pleno Emprego                      b) Crescimento:
- 3) O que são e como podemos identificar se os bens são complementares no consumo? Exemplifique.
- 4) Por que no mercado monopólio o limite para o consumo é a renda do consumidor?
- 5) Por que na concorrência monopolística a diferença dos produtos está na cabeça dos consumidores?
- 6) Dada a tabela abaixo:

Preço	Quantidade Demandada	Quantidade Ofertada
5	100	500
4	200	400
3	300	300
2	400	200
1	500	100

Pede-se:

- a) Construir o gráfico do equilíbrio.
  - b) Identificar a que preço ocorre um excedente de produção de 200 unidades:
  - c) Identificar a que preço ocorre a situação de equilíbrio:
  - d) Identificar a que preço ocorre um excedente de consumo de 400 unidades:
- 7) Explique e demonstre graficamente o comportamento dos consumidores de acordo a hipótese abaixo:  
(2,0)

Hipótese: aumentou a renda dos consumidores

Bem demandado: pão

- 8) Em um mercado de concorrência pura ou perfeita, oferta e demanda de um produto são dadas respectivamente pelas seguintes equações:

$$Q_d = 30 - 4p$$

$$Q_o = 6 + 2p$$

A quantidade transacionada, neste mercado quando estiver em equilíbrio será:

## Custos de Produção (D)

### Introdução

O objetivo básico de uma firma é a maximização de seus resultados para a realização e continuidade de sua atividade produtiva. Assim sendo, procurará sempre obter a máxima produção possível em face da utilização de certa combinação de fatores.

A otimização dos resultados da firma poderá ser obtida quando for possível alcançar um dos dois objetivos seguintes: a) maximizar a produção para um dado custo total ou b) minimizar o custo total para um dado nível de produção. Em qualquer uma das situações, a firma estará maximizando ou otimizando seus resultados.

### Custos Totais de produção

Conhecidos os preços dos fatores, é sempre possível determinar um custo total de produção ótimo para cada nível de produção. Assim, define-se custo total de produção como o total das despesas realizadas pela firma com a utilização da combinação mais econômica dos fatores, por meio da qual é obtida uma determinada quantidade do produto.

Os custos totais de produção (CT) são divididos em custos variáveis totais (CVT) e custos fixos totais (CFT):

$$CT=CVT+CFT$$

Custos Fixos Totais (CFT) – Correspondem à parcela dos custos totais que independem da produção. São decorrentes dos gastos com os fatores fixos de produção. Por exemplo: aluguéis, iluminação etc. Na contabilidade empresarial, são também chamados de custos indiretos.

Custos Variáveis Totais (CVT) – Parcela dos custos totais que depende da produção e por isso muda com a variação do volume de produção. Por exemplo : folha de pagamentos, gastos com matérias-primas etc. Na contabilidade empresarial, são chamados de custos diretos.

Na Teoria da Produção, a análise dos custos de produção é também dividido em curto e longo prazos:

- a) Custos totais de curto prazo: São caracterizados pelo fato de serem compostos por parcelas de custos fixos e de custos variáveis.
- b) Custos totais de longo prazo: São formados unicamente por custos variáveis. Ou seja, em longo prazo não existem fatores fixos.

### Continuação (e)

#### Diferenças entre a visão econômica e a visão contábil – financeira dos custos de produção

Existem muitas diferenças entre a ótica utilizada pelos economistas e a utilizada nas empresas, por contadores e administradores. Em linhas gerais, pode-se dizer que a visão econômica é mais genérica, olhando mais para o mercado (ambiente externo da empresa), enquanto na visão ótica contábil-financeira a preocupação centra-se mais no detalhamento dos gastos da empresa específica.

As principais diferenças estão nos seguintes conceitos:

- Custos de oportunidade e custos contábeis
- Externalidades
- Custos e despesas

#### Custos de oportunidade versus custos contábeis

Os custos contábeis são os custos como normalmente são conhecidos na contabilidade privada, ou seja, são custos explícitos, que envolvem um dispêndio monetário. É o gasto efetivo da empresa, na compra ou aluguel de insumos.

Os custos de oportunidade são custos implícitos, que não envolve desembolso monetário. Representam os valores dos insumos que pertencem à empresa e são usados no processo produtivo. Esses valores são estimados a partir do que poderia ser ganho no melhor uso alternativo. Continuação (e)

### Externalidades ( economias externas )

As externalidades podem ser definidas como as alterações de custos e benefícios para a sociedade derivadas da produção de empresas, ou também como as alterações de custos e receitas da empresa devidas a fatores externos.

Uma externalidade positiva, e quando uma unidade econômica cria benefícios para outras, sem receber pagamentos por isso. Por exemplo: uma empresa treina a mão de obra, que acaba, após o treinamento, transferindo-se para outra empresa; beleza do jardim do vizinho, que valoriza sua casa; uma nova estrada; os comerciantes de um mesmo ramo que se localizam na mesma região. Temos externalidades negativas ( ou deseconomia externa), quando uma unidade econômica cria custos para outras, sem pagar por isso. Por exemplo, poluição e congestionamento causados por automóveis, caminhões e ônibus; uma indústria que polui um rio e impõe custos a atividades pesqueiras.

### Exercício

1) Resolva o seguinte problema:

Preço de Venda	R\$ 5,00
Impostos + Comissão	10 %
Custo da Mercadoria	R\$ 3,00
Aluguel	R\$ 900,00

- Monte uma tabela e construa um gráfico com base nos dados acima;
- Calcule o ponto de equilíbrio em quantidade e valor;
- Qual o resultado para uma venda de 500 unidades;
- Qual o resultado para uma venda de R\$ 4.000,00.

### Estruturas de Mercado ( E )

#### Introdução

Nas aulas anteriores vimos, quais variáveis afetam a demanda e a oferta de bens e serviços, e como são determinados os preços, supondo sem interferências, o mercado automaticamente encontra seu equilíbrio. Implicitamente, estava sendo suposta uma estrutura específica de mercado, qual seja, a de concorrência perfeita.

As várias formas ou estruturas de mercados dependem fundamentalmente de três características:

- número de empresas que compõe esse mercado;
- tipo do produto ( se as firmas fabricam produtos idênticos ou diferenciados);
- se existem ou não barreiras ao acesso de novas empresas nesse mercado.

A maior parte dos modelos existentes pressupõe que as empresas maximizam o lucro total, especificamente para o caso de estruturas oligopolistas de mercado, veremos que existe uma teoria alternativa, que pressupõe que a empresa maximiza o mark-up, que é margem entre a receita e os custos diretos ( ou variáveis )de produção.

#### Concorrência pura ou perfeita

É um tipo de mercado em que há um grande número de vendedores (empresas), de tal sorte uma empresa, isoladamente, por ser insignificante, não afeta os níveis de oferta do mercado e, conseqüentemente, o preço de equilíbrio.

Nesse tipo de mercado devem prevalecer ainda as seguintes premissas:

Produtos homogêneos: Não existe diferenciação entre os produtos ofertados pelas empresas concorrentes.

Não existem barreiras: para o ingresso de empresas no mercado.

Transparência do mercado: Todas as informações sobre lucros, preços etc. são conhecidas por todos os participantes do mercado.

### Monopólio

O mercado monopolista se caracteriza por apresentar condições diametralmente opostas às da concorrência perfeita. Nele existe, de um lado, um único empresário (empresa) dominando inteiramente a oferta e, de outro, todos os consumidores. Não há, portanto concorrência, nem produto substituto ou concorrente. Nesse caso, ou os consumidores se submetem às condições impostas pelo vendedor, ou simplesmente deixaram de consumir o produto.

Nessa estrutura de mercado, a curva de demanda da empresa é a própria curva de demanda do mercado como um todo. Ao ser exclusiva no mercado, a empresa não estará sujeita aos preços vigentes. Mas isso não significa que poderá aumentar os preços indefinidamente.

Para a existência de monopólios, deve haver barreiras que praticamente impeçam a entrada de novas firmas no mercado. Essas barreiras podem advir das seguintes condições: Monopólio puro, elevado volume de capital, patente e controle de matérias-primas básicas, existem ainda, os monopólios institucionais ou estatais em setores considerados estratégicos ou de segurança nacional (petróleo, \*energia, \*comunicação).

Continuação (f)

### Oligopólio

É um tipo de estrutura normalmente caracterizada por um pequeno número de empresas que dominam a oferta de mercado. Pode caracterizar-se como um mercado em que há um pequeno número de empresas, como a indústria automobilística, ou então onde há um grande número de empresas, mas poucas dominam o mercado, como a indústria de bebidas.

O setor produtivo no Brasil é altamente oligopolizado, sendo possível encontrar inúmeros exemplos: montadoras de veículos, setor de cosméticos, indústria de papel, indústria farmacêutica etc.

Nos oligopólios, tanto as quantidades ofertadas quanto os preços são fixados entre as empresas por meio de cartéis. O cartel é uma organização formal ou informal de produtores dentro de um setor que determina a política de preços para todas as empresas que a ele pertencem.

Podemos caracterizar também tanto oligopólios com produtos diferenciados (como a indústria automobilística) como oligopólios com produtos homogêneos (alumínio).

### Concorrência monopolista

Trata-se de uma estrutura de mercado intermediária entre a concorrência perfeita e o monopólio, mas que não se confunde com o oligopólio, pelas seguintes características:

- a) Número relativamente grande de empresas com certo poder concorrencial, porém com segmentos de mercados e produtos diferenciados, seja por características físicas, embalagem ou prestação de serviços complementares (pós-venda).
- b) Margem de manobra para fixação dos preços não muito ampla, uma vez que existem produtos substitutos no mercado.

Essas características acabam dando um pequeno poder monopolista sobre o preço de seu produto, embora o mercado seja competitivo (daí o nome concorrência monopolista).

### Estrutura do Mercado de fatores de produção

Até aqui identificamos as estruturas de mercados de bens e serviços. O mercado de fatores de produção – mão de obra, capital, terra e tecnologia – também apresenta diferentes estruturas.

As estruturas no mercado de fatores de produção são resumidas a seguir:

#### A) Concorrência Perfeita no mercado de fatores

É um mercado onde existe oferta abundante do fator de produção (por exemplo), (Mão de obra não especializada), o que torna o preço desse fator constante. Os ofertantes ou fornecedores, como são em grande número, não têm condições de obter preços mais elevados por seus serviços.

Continuação (f)

B) Monopsônio

Trata-se de uma forma de mercado na qual há somente um comprador para muitos vendedores dos serviços dos insumos. É o caso da empresa que se instala em uma determinada cidade do interior e, por ser a única, torna-se demandante exclusiva da mão de obra local e das cidades próximas, tendo para si a totalidade da oferta de mão de obra.

C) Oligopsônio

É um mercado onde existem poucos compradores que dominam o mercado para muitos vendedores. Exemplo: indústria de laticínios. Em cada cidade existem dois ou três laticínios que adquirem a maior parte do leite dos inúmeros produtores rurais locais. A indústria automobilística, além de oligopolista no mercado de bens e serviços, também é oligopsonista na compra de autopeças.

D) Monopólio bilateral

O monopólio bilateral ocorre quando um monopsonista, na compra de um fator de produção, defronta-se com um monopolista na venda deste fator. Por exemplo, só a empresa A compra um tipo de aço que é produzido apenas pela siderúrgica B. A empresa A é monopsonista, porque só ela compra esse tipo de aço, e a siderúrgica B é monopolista, porque só ela vende este tipo de aço.

Nesses casos, a determinação dos preços de mercado dependerá não só de fatores econômicos, mas do poder de barganha de ambos: o monopsonista tentando pagar o preço mais baixo (usando a força de ser o único comprador), e o monopolista tentando vender por um preço mais elevado (usando o poder de ser o único fornecedor).

Principais Características das Estruturas Básicas de Mercado

Característica	Concorrência Perfeita	Monopólio	Oligopólio	Concorrência Monopolista
1. Quanto ao número de empresas	Muito grande	Só há uma empresa	Pequeno	Grande
2. Quanto ao produto	Homogêneo. Não há diferenças	Não há substitutos próximos	Pode ser homogêneo ou diferenciado	Diferenciado

3.Quanto ao controle das empresas sobre os preços	Não há possibilidade de manobras pelas empresas	As empresas têm grande poder para manter preços relativamente elevados	Embora dificultado pela interdependência entre as empresas, estas tendem a formar cartéis	Pouca margem de manobra, devido à existência de substitutos próximo.
4.Quanto à concorrência extrapreço	Não é possível Nem seria eficaz.	A empresa geralmente recorre a campanhas institucionais	É intensa, sobretudo quando há diferenciação do produto	É intensa
5.Quanto as condições de ingresso no mercado	Não há barreiras	Barreiras de acesso de novas empresas	Barreiras de acesso de novas empresas	Não há barreiras

## Introdução à Macroeconomia (F)

### Introdução

A macroeconomia estuda a economia como um todo, analisando a determinação e o comportamento de grandes agregados, tais como: renda e produto nacionais, nível geral de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda e taxas de juros, balança de pagamentos e taxa de câmbio.

Ao estudar e procurar relacionar os grandes agregados, a Macroeconomia negligencia o comportamento das unidades econômicas individuais e de mercados específicos, estas são preocupações da Microeconomia.

Entretanto, embora exista um aparente contraste, não há um conflito entre a Micro e a Macroeconomia, uma vez que o conjunto da economia é a soma de seus mercados individuais. A diferença é primordialmente uma questão de ênfase, de enfoque. Ao estudar a determinação de preços numa indústria, na Microeconomia consideram-se constantes os preços das outras indústrias. Na macroeconomia estuda-se a nível geral de preços ignorando-se a mudança de preços relativa dos bens das diferentes indústrias.

A Teoria Macroeconômica propriamente dita preocupa-se mais com aspectos de curto prazo. Especificamente, preocupa-se com questões como desemprego, que aparece sempre que a economia está trabalhando abaixo de seu máximo de produção, e com as implicações sobre os vários mercados quando se alcança a estabilização do nível geral de preços.

À parte da Teoria Econômica que estuda questões de longo prazo é denominada Teoria do Crescimento Econômico.

Na tentativa de se determinar como os preços e as quantidades são estabelecidos, desenvolveram-se 2 métodos de análise básicos:

- a) Abordagem de equilíbrio parcial: analisa um determinado mercado sem considerar os efeitos que este mercado pode ocasionar sobre os demais mercados existentes na economia.
- b) Abordagem de equilíbrio geral: acredita-se que tudo depende de tudo, e assim, se quiséssemos determinar como são formados os preços dos bens, deveríamos listar todos os

bens que são produzidos pela economia e todos os diferentes tipos de insumos que são utilizados.

A curva de Phillips, expressava simplesmente uma curva de oferta agregada positivamente inclinada. Phillips relacionava a taxa de crescimento dos preços ( inflação ) com a taxa de desemprego. Caso a taxa de desemprego fosse mais elevada, isto indicaria um maior excesso de oferta, e conseqüentemente haveria uma pressão para que a taxa de crescimento dos salários nominais fosse mais baixa. Essa taxa menor corresponderia a uma taxa de inflação menor.

Continuação (G)

#### Metas de política macroeconômica

- Alto nível de emprego
- Estabilidade de preços
- Distribuição de renda socialmente justa
- Crescimento econômico

#### Alto nível de emprego

Desde a Revolução Industrial, em fins do século XVIII, até o início do século XX, o mundo econômico parece ter funcionado sobre o pensamento liberal, que acreditava que os mercados, sem interferência do Estado, conduziam a Economia ao pleno emprego de seus recursos, como se guiados por uma “mão invisível”, determinariam os preços e a produção de equilíbrio, e, desse modo, nenhum problema surgiria no mercado de trabalho. Entretanto, a evolução da economia mundial trouxe em seu bojo novas variáveis, como o surgimento de sindicatos de trabalhadores, os grupos econômicos e o desenvolvimento de mercado de capitais e do comércio internacional, de sorte a complicar e trazer incertezas sobre o funcionamento da economia.

A ausência de políticas econômicas levou à quebra da Bolsa de Nova York em 1929, e uma crise de desemprego atingiu todos os países do mundo ocidental nos anos seguintes.

Com a contribuição de Keynes, fincaram-se as bases da moderna Teoria Econômica, e da intervenção do Estado na economia de mercado, que nos passa qual o grau de intervenção do Estado na economia e em que medida ele deve ser produtor de bens e serviços. A corrente dos economistas liberais (hoje neoliberais), prega a saída do governo da produção de bens e serviços.

#### Estabilidade de preços

Define-se inflação como um aumento contínuo e generalizado no nível geral de preços.

Por que inflação é um problema? Primeiramente, porque a inflação acarreta distorções, principalmente sobre a distribuição de renda, sobre as expectativas dos agentes econômicos e sobre o balanço de pagamentos.

É importante salientar que, enquanto nos países industrializados o problema central é o desemprego, nos países em via de desenvolvimento o foco mais importante de análise é o da inflação. Esse tema é de difícil abordagem, dado que as causas da inflação diferem entre países (deve-se levar em conta, por exemplo, o estágio de desenvolvimento e a estrutura dos mercados), e num dado país, diferem no tempo.

Continuação (G)

#### Distribuição Equitativa de Renda

A economia brasileira cresceu razoavelmente entre o fim dos anos 60 e a maior parte da década de 70. Apesar disso, verificou-se uma disparidade muito acentuada de nível de renda, tanto a nível pessoal como a nível regional. Isso fere, evidentemente, o sentido de equidade ou justiça.

No Brasil, os críticos do “milagre” argumentavam que haviam piorado a concentração de renda no país, nos anos 1967-1973, devido a uma política deliberada do governo baseada em crescer primeiro para depois distribuir (chamada Teoria do Bolo).

A posição oficial era de que um certo aumento na concentração de renda seria inerente ao próprio desenvolvimento capitalista, dada as transformações estruturais que ocorrem (êxodo rural, com trabalhadores de baixa qualificação, aumento da proporção de jovens etc.). Nesse processo gera-se uma demanda por mão de obra qualificada, a qual por ser escassa, obtém ganho extra. Assim o fator educacional seria a principal causa da piora distributiva.

### Crescimento Econômico

Se existe desemprego e capacidade ociosa, pode-se aumentar o produto nacional através de políticas econômicas que estimulem a atividade produtiva. Mas, feito isso, há um limite à quantidade que se pode produzir com os recursos disponíveis.

Aumentar o produto além desse limite exigirá:

- a) Um aumento nos recursos disponíveis;
- b) Ou um avanço tecnológico (melhoria tecnológica, novas maneiras de organizar a produção, qualificação da mão de obra).

Quando falamos em crescimento econômico, estamos pensando no crescimento da renda nacional per capita, ou seja, colocar à disposição da coletividade uma quantidade de mercadorias e serviços que supere o crescimento populacional. A renda per capita é considerada um razoável indicador – o mais operacional – para se aferir à melhoria do padrão de vida da população, embora apresente falha ( os países árabes têm as maiores rendas per capita, mas não o melhor padrão de vida do mundo).

### Instrumentos de política macroeconômica

A política macroeconômica envolve a atuação do governo sobre a capacidade produtiva e despesas planejadas, com objetivo de permitir que a economia opere a pleno emprego, com baixas taxas de inflação e uma distribuição justa de renda.

Os principais instrumentos para atingir tais objetivos são as políticas fiscais, monetárias, cambiais e comerciais, e de rendas.

### Continuação (G)

Política Fiscal – Refere-se a todos os instrumentos que o governo dispõe para arrecadação de tributos e o controle de suas despesas. Além da questão do nível de tributação, a política tributária, por meio da manipulação da estrutura e alíquotas de impostos. É utilizada para estimular (ou inibir) os gastos de consumo do setor privado.

Se o objetivo da política econômica é reduzir a taxa de inflação, as medidas fiscais normalmente utilizadas, são a diminuição de gastos públicos e/ou o aumento da carga tributária (o que inibe o consumo). Ou seja, visam diminuir os gastos da coletividade.

Se o objetivo é um maior crescimento e emprego, os instrumentos fiscais são os mesmos, mas em sentido inverso, para elevar a demanda agregada.

Política Monetária - Refere-se à atuação do governo sobre a quantidade de moeda e de títulos públicos, os instrumentos disponíveis para tal são:

- a) emissões
- b) reservas compulsórias
- c) open market (compra e venda de títulos públicos)
- d) redescontos ( empréstimos do Banco Central aos bancos comerciais )

As políticas monetárias e fiscal representam meios alternativos diferentes para as mesmas finalidades. A política econômica deve ser executada através de uma combinação adequada de instrumentos fiscais e monetários.

Pode-se dizer que a política fiscal apresenta maior eficácia quando o objetivo é uma melhoria na distribuição de renda, tanto na taxação às rendas mais altas como pelo aumento dos gastos do governo com destinação a setores menos favorecidos.



## Políticas Cambial e Comercial :

A política cambial refere-se à atuação do governo sobre a taxa de câmbio. O governo, através do Banco Central, pode fixar a taxa de câmbio, ou permitir que ela seja flexível e determinada pelo mercado de divisas.

A política comercial diz respeito aos instrumentos de incentivos às exportações e/ou estímulo ou desestímulo às importações, ou seja, refere-se aos estímulos fiscais. (crédito - prêmio do ICMS, IPI etc.) e creditícios (taxas de juros subsidiárias) às exportações e ao controle de importações (via tarifas e barreiras quantitativas sobre importações).

## Política de Rendas

A política de rendas refere-se à intervenção direta do governo na formação de renda (salários, aluguéis), através de controle e congelamentos de preços. A característica especial é que, nesses controles, os preços são congelados, e os agentes econômicos não podem responder às influências econômicas normais de mercado.

Continuação ( G )

## Estrutura de análise macroeconômica

Tradicionalmente, a estrutura básica do modelo macroeconômico compõe-se de cinco mercados:

No Mercado de Bens e Serviços, para tentar responder como se tem comportamento o nível de atividades, efetua-se uma agregação de todos os bens produzidos pela economia durante um certo período de tempo e define-se o chamado Produto Nacional.

A demanda agregada depende fundamentalmente da evolução da demanda dos quatro grandes setores ou agentes macroeconômicos: consumidores, empresas, governo e setor externo.

O Mercado de Trabalho também representa uma agregação de todos os tipos de trabalhos existentes na economia. Neste mercado, determinamos como estabelece a taxa salarial e o nível de emprego.

O Mercado Monetário, consiste em que todas as transações da economia são efetuadas através da utilização de moeda. Neste mercado supomos a existência de uma demanda de moeda ( em função da necessidade de transações dos agentes econômicos, ou seja, da necessidade de liquidez ) e uma oferta de moeda, determinada pelo Banco Central e atuação dos bancos comerciais. A demanda e a oferta de moeda determinam a taxa de juros.

O Mercado de Títulos, consiste de agentes econômicos superavitários e agentes deficitários. Agentes superavitários são aqueles que possuem um nível de gastos inferior a seu volume de renda, assim podem efetuar empréstimos para os agentes econômicos deficitários.

O Mercado de Divisas, como o mercado mantém transações com o resto do mundo, existem mercados de divisas ou de moeda estrangeira. A oferta de divisas depende das exportações e da entrada de capitais financeiros, enquanto a demanda de divisas é determinada pelo volume de importações e saída de capital financeiro.

## Inflação ( H )

Conceito de inflação: É definida como um aumento persistente e generalizado dos índices de preços, ou seja, os movimentos inflacionários são aumentos contínuos de preços, e não podem ser confundidos com altas esporádicas de preços, devidas às flutuações sazonais, por exemplo.

As fontes de inflação costumam diferir em função das condições de cada país, como por exemplo:

- a) Tipo de estrutura de mercado ( oligopolista, monopolista, etc.).
- b) Grau de abertura da economia ao comércio exterior: quanto mais aberta à economia à competição externa, maior a concorrência interna entre fabricantes, e menores os preços dos produtos.

- c) Estrutura das organizações trabalhistas: quanto maior o poder de barganha dos sindicatos, maior a capacidade de obter reajustes de salários acima dos índices de produtividade, e maior pressão sobre os preços.

Inflação de demanda: Refere-se ao excesso de demanda agregada em relação à produção disponível de bens e serviços.

A probabilidade de ocorrer inflação de demanda aumenta quando a economia está produzindo próximo do pleno emprego de recursos. Nessa situação, aumentos de demanda agregada de bens e serviços, com a economia já em plena capacidade, conduzem a elevações de preços, principalmente em setores de insumos básicos.

Para combater um processo inflacionário de demanda, a política econômica deve basear-se em instrumentos que provoquem uma redução da procura agregada por bens e serviços (redução dos gastos do governo, aumento da carga tributária, arrocho salarial, controle de crédito, aumento das taxas de juros).

Inflação de custos: A inflação de custos poder ser associada à inflação tipicamente de oferta. O nível de demanda permanece o mesmo, mas os custos de certos fatores importantes aumentam. Com isso, ocorre uma retração da produção, deslocando a curva de oferta para trás, provocando um aumento de preços no mercado.

As causas mais comuns dos aumentos dos custos de produção são:

**Aumentos salariais:** Um aumento das taxas de salários que supere os aumentos na produtividade da mão de obra acarreta um aumento dos custos unitários de produção, que são normalmente repassados aos preços dos produtos.

**Aumentos do custo das matérias primas:** Por exemplo, as crises do petróleo da década de 70, ao elevar sensivelmente os preços dessa matéria primam, provocaram um brutal aumento nos custos de produção, em particular nos custos de transporte e de energia com base no diesel.

**Estruturas de mercado:** A inflação de custos também está associada ao fato de algumas empresas, com elevado poder de monopólio ou oligopólio, terem condições de elevarem de elevar seus lucros acima da elevação dos custos de produção.

Continuação ( K )

#### Efeitos provocados por taxas elevadas de inflação

Uma das distorções mais sérias provocadas pela inflação diz respeito à redução relativa do poder aquisitivo das classes que dependem de rendimentos fixos, com prazos legais de reajustes. Nesse caso estão os assalariados que, com o passar do tempo, vão ficando com seus orçamentos cada vez mais reduzidos, até a chegada de um novo reajuste. Os comerciantes, industriais e o próprio Governo têm condições de repassar os aumentos de custos provocados pela inflação, garantindo, assim, a participação de sua parcela no produto nacional.

A distorção provocada por altas taxas de inflação, afeta também o balanço de pagamentos. As elevadas taxas de inflação, em níveis superiores ao aumento de preços internacionais encarecem o produto nacional relativamente ao produzido externamente. Assim devem provocar um estímulo as importações e um desestímulo as exportações, diminuindo o saldo da balança comercial, normalmente lançam mão de desvalorizações cambiais, as quais, tornando a moeda nacional mais barata relativamente à moeda estrangeira, podem estimular a colocação de nossos produtos no exterior, ao mesmo tempo em que desestimulam as importações.

Nas finanças públicas, a inflação tende a corroer o valor da arrecadação fiscal do governo, pela defasagem existente entre o fato gerador e o recolhimento efetivo do imposto. Maior a inflação, menor a arrecadação real do governo.

#### A Política econômica brasileira de combate à inflação

A inflação tornou-se crônica na economia brasileira a partir dos anos 50, várias eram as explicações para o surgimento dos déficits governamentais. De um lado, a necessidade de o governo fornecer a infra-estrutura de transportes, energia, saneamento etc., para que o setor privado pudesse produzir o volume de bens e serviços do governo e a conseqüente ineficiência na

aplicação de seus recursos, associadas à impossibilidade do o governo aumentar a carga tributária (e, portanto a sua receita), dada o baixo nível de renda per capita da população.

O governo não podia aumentar os impostos para financiar o desenvolvimento econômico, fez a opção pela emissão de dinheiro. Com isso gerou-se uma típica inflação de demanda: quanto mais dinheiro circulava, maiores eram as compras, relativamente a uma capacidade produtiva que não tinha condições de crescer no curto prazo.

O período de 1968 a 1973 foi o do milagre econômico, com elevadas taxas de crescimento obtidas na economia brasileira. Com o crescimento da produção, a taxa de inflação passou de 25,4 %, em 1968, para 15,7%, em 1973.

A partir de 1973, a crise do petróleo trouxe repercussões profundas na economia mundial, e, desde essa data, a economia brasileira passou a apresentar taxas de inflação crescente.

O principal mecanismo de política econômica de combate à inflação para a corrente liberal estava na redução da demanda agregada, através da redução dos gastos do governo, de uma política salarial mais restritiva e do controle da oferta monetária ( razão pela qual os economistas ortodoxos são também chamados monetaristas ).

Continuação ( K )

Alguns teóricos constataram que a partir de março de 1986, foi mudado o diagnóstico sobre a inflação brasileira, ou seja, todos os negócios, contratos, etc. eram firmados com base num índice que procurava garantir a correção monetária dos valores envolvidos. Dessa forma, todos os aumentos de preços eram captados pelo índice, e automaticamente eram repassados para todos os demais preços da economia, gerando um processo automático de realimentação da inflação. A esse fenômeno auto-alimentador denomina-se inflação inercial.

A inflação inercial seria provocada, fundamentalmente, pelos mecanismos de indexação formal ( salários, aluguéis, contratos financeiros ) , e indexação informal ( preços em geral, impostos, e tarifas públicas).

Foi com esse diagnóstico inercialista, que o Plano Cruzado procurou romper com esse mecanismo de propagação da inflação, congelando os preços, salários e o câmbio ( a chamada política heterodoxa ), numa tentativa de eliminar a “memória” inflacionária.

O Plano Cruzado teve vida efêmera. Muitas foram suas falhas, a começar pela manutenção do congelamento por um período muito longo ( 9 meses ). Quando foi implantado, os preços relativos encontravam-se fora do equilíbrio, e muitos preços estavam defasados, o que provocou o aparecimento do ágio e a maquiagem de muitos produtos. Por ocasião do descongelamento, no início de 1987, com o chamado Plano Cruzado II, houve uma nova aceleração inflacionária.

Outro planos, como o Plano Bresser e o plano Verão, ainda durante o Governo Sarney, e mais tarde o Plano Collor, também utilizaram o congelamento de preços e salários para tentar conter o processo inflacionário brasileiro.

O Plano Collor, de março de 1990, foi o mais ousado na prática de inconstitucionalidades , ao promover um bloqueio total nos ativos mantidos pelos agentes econômicos juntos às instituições financeiras.

Em 1994, no Governo Itamar Franco, implementou-se o Plano Real, este por sua vez reconheceu que as causas da inflação brasileira estavam no desequilíbrio do setor público e nos mecanismos de indexação. Numa primeira etapa procurou-se equilibrar o orçamento público por meio da criação do IPMF, que incidia sobre as transações bancárias. Numa segunda etapa processou-se a quase total desindexação da economia, através da mudança da moeda: passagem do cruzeiro real para URV e desta para uma nova unidade monetária, o real, de forma muito bem sucedida. A terceira etapa está na consolidação do Plano, que só ocorrerá se forem implementadas as reformas que visam modernizar a economia, e principalmente o setor público brasileiro.

A corrente estruturalista: O estruturalista supõe que a causa da inflação se localiza no comportamento do setor privado (oligopólios, latifúndios) e não do setor público. Esses economistas tornaram-se defensores de uma economia mais centralizada, baseada num planejamento e numa grande participação do Estado.

Os estruturalistas consideram que as causas da inflação devem-se aos conflitos distributivos, que se estabelecem na tentativa dos vários setores da sociedade buscarem manter ou elevar a sua parcela na renda nacional: os empresários, através de preços que preservem suas margens de lucros; o governo através de impostos, preços e tarifas públicas; e os trabalhadores, através de seus salários. Nessa disputa, segundo os estruturalistas, os principais beneficiários são os oligopólios os maiores perdedores são os trabalhadores.

## Exercícios

- 1) A empresa Tabajara apresentou em 1997 um faturamento de aproximadamente 400 mil, em 1998 aumentou seu faturamento para 650 mil, se a inflação no período de 1998 foi de 40%, qual foi o aumento/diminuição real do faturamento desta empresa em comparação com o período de 1997?
- 2) A empresa Mouse apresentou em 1998 um faturamento na ordem de 250 mil, no ano de 1999 aumentou seu faturamento para 285 mil, se a inflação no período de 1999 foi de 25%, qual o aumento/diminuição real do faturamento desta empresa em comparação como período de 1998?
- 3) A empresa Teclado apresentou em 2000 um faturamento na ordem de 285 mil e no ano de 2001 reduziu seu faturamento para 250 mil, se a inflação no período de 2001 foi de 25%, qual o aumento/diminuição real do faturamento desta empresa em comparação como período de 2000?
- 4) O Sindicato dos Metalúrgicos fez uma avaliação dos salários da classe operária e constataram que em 2002 o salário líquido de um operário classe 2 era de R\$ 2.500,00 e após o dissídio em 2003 o salário foi para R\$ 2.635,00, qual foi o aumento/diminuição real dos salários dessa classe trabalhadora?
- 5) Um diretor de uma multinacional americana tinha um salário R\$ 9.800,00 no ano de 2000. Em 2002 o seu salário foi reajustado em 23,5%. Neste intervalo de tempo a inflação foi de 21,9%, qual foi a aumento/diminuição salarial deste empresário?

### O Setor Externo ( I )

- 1) Fundamentos do comércio internacional: a teoria das vantagens comparativas

O que leva muitos países a comercializarem entre si? Esta é uma questão básica a ser respondida. Os economistas clássicos fornecem a explicação teórica básica para o comércio internacional através do chamado Princípio das Vantagens Comparativas.

O Princípio das Vantagens Comparativas sugere que cada país deva se especializar na produção daquela mercadoria em que é relativamente mais eficiente (ou que tenha um custo relativamente menor). Esta será, portanto a mercadoria exportada, por outro lado este país deverá importar aqueles bens cuja produção implicar um custo relativamente maior.

A Teoria das Vantagens Comparativas foi formulada por David Ricardo em 1817. No exemplo construído por esse autor, existem dois países (Inglaterra e Portugal), dois produtos (tecido e vinho) e apenas um fator de produção (mão de obra).

Quant de homens/hora para a produção de uma unidade de mercadoria	Tecidos	Vinho
Inglaterra	100	120
Portugal	90	80

Em termos absolutos, Portugal é mais produtivo na produção de ambas as mercadorias. Mas em termos relativos, o custo da produção de tecidos em Portugal é maior do que o da produção de vinho, e na Inglaterra, o custo da produção de vinho é maior que o da produção de tecidos. Comparativamente, Portugal tem a vantagem relativa na produção de vinho, e a Inglaterra na produção de tecidos. Segundo Ricardo, os dois países obterão benefícios ao especializarem-se na produção da mercadoria em que possuem vantagem comparativa, exportando-a, e importando outro bem. Não importa aqui, o fato de que um país possa ter vantagem absoluta em ambas as linhas de produção, como é o caso de Portugal, no exemplo acima.

A teoria desenvolvida por Ricardo fornece uma explicação para os movimentos de mercadorias no comércio internacional, a partir da oferta ou dos custos de produção existentes nesses países. Logo, os países exportarão e se especializarão na produção dos bens cujo custo for comparativamente menor em relação àqueles existentes, para os mesmos bens, nos demais países exportadores.

Segundo a corrente estruturalista, os produtos manufaturados apresentam elasticidade - renda da demanda maior que um, e os produtos primários, menor que um, significando que o crescimento da renda mundial provocaria um aumento relativamente maior no comércio de manufaturados, acarretando uma tendência crônica ao déficit no balanço de pagamentos dos países exportadores de produtos básicos ou primários.

### Determinação da taxa de câmbio

Quando dois países mantêm relações econômicas entre si, entram necessariamente em jogo duas moedas, exigindo que se fixe a relação de troca entre ambas. A taxa de câmbio é a medida de conversão da moeda nacional em moeda de outros países. Exemplo: dólar pode custar 0,97 de real, 1 libra pode custar 1,27 real etc.

Continuação ( L )

A determinação da taxa de câmbio pode ocorrer de dois modos: institucionalmente, através de decisão de autoridades econômicas com fixação periódica das taxas (taxas fixas de câmbio), ou através do funcionamento do mercado, onde as taxas flutuam automaticamente, em decorrência das pressões de oferta e demanda por divisas estrangeiras (taxas flutuantes).

A oferta de divisas é realizada tanto pelo os exportadores, que recebem moeda estrangeira em contrapartida de suas vendas, como através da entrada de capitais financeiros internacionais. Como as divisas não podem ser utilizadas internamente, precisa ser convertida em moeda nacional. Isso é feito pelo Banco Central da seguinte forma: recebe dos importadores do exterior a quantia em divisas – dólar, por exemplo, retendo-as em seus cofres, e paga, ao exportador nacional em moeda nacional, em reais, a importância correspondente.

Uma taxa elevada de câmbio significa que o preço da divisa estrangeira está alto, ou que a moeda nacional está desvalorizada. Assim, a expressão desvalorização cambial indica que houve um aumento da taxa de câmbio – maior número de reais por unidade de moeda estrangeira. Por sua vez, valorização cambial significa moeda nacional mais forte, isto é, paga-se menos reais por dólar, por exemplo, tem – se uma queda na taxa de câmbio.

As taxas de câmbio estão intimamente relacionadas com os preços dos produtos exportados e importados e conseqüentemente, com o resultado da balança comercial do país. Se a taxa de câmbio se encontrar em patamares elevados, estimulará as exportações, pois os exportadores passaram a receber mais reais pela mesma quantidade de divisas derivadas da exportação; em conseqüência haverá maior oferta de divisas. Por exemplo: Suponhamos uma taxa de câmbio de 0,90 real por dólar, e que o exportador vendia 1000 unidades de seu produto a 50 dólares cada. Seu faturamento era de 50.000 dólares ou 45.000 reais. Se o câmbio for desvalorizado em 10% , a taxa de câmbio subirá para 0,99 real por dólar e, vendendo as mesmas 1000 unidades, receberá os mesmos 50.000 dólares, só que valendo agora 49.500 reais. Isso estimulará o exportador a vender mais, aumentando a oferta de divisas.

Do lado das importações, a situação se inverte, pois se o preço dos produtos importados se elevam, em moeda nacional, haverá um desestímulo às importações e, conseqüentemente, uma queda na demanda de divisas.

### A inflação interna e seus efeitos sobre a taxa de câmbio

Até aqui analisamos a paridade cambial sem considerarmos os efeitos da inflação. No entanto, o aumento do nível de preços internos – ocorrência da inflação – provoca uma redução da taxa real de câmbio, ou seja, com a inflação gera-se, internamente, uma queda no poder aquisitivo da moeda. Os efeitos da perda do poder aquisitivo são: um desestímulo às exportações, uma vez que o preço do produto exportado não sofre correlação equivalente à inflação; e um estímulo às importações, já que os bens importados, ao não serem corrigidos, ficam mais baratos.

Continuação ( L )

### A atuação Governamental no mercado de divisas: políticas externas

O governo pode atuar através da política cambial ou da política comercial. A política cambial diz respeito a alterações na taxa de câmbio, enquanto a política comercial constitui-se de mecanismos que interferem no fluxo de mercadorias e serviços.

As políticas cambiais mais freqüentes são:

- A) Regime de taxas fixas de câmbio;
- B) Regime de taxas flutuantes ou flexíveis de câmbio;
- C) Regime de Bandas cambiais:

Dentre as políticas comerciais externas, podemos destacar as seguintes:

- A) Alterações das tarifas sobre importações;
- B) Regulamentação do comércio exterior.

#### A estrutura do balanço de pagamentos

O balanço de pagamentos é o registro estatístico – contábil de todas as transações econômicas realizadas entre os residentes do país com os residentes dos demais países.

Desse modo, estão registrados no balanço de pagamentos, por exemplo, todas as exportações e importações do período considerado: os fretes, os seguros, os empréstimos obtidos no exterior etc. Ou seja, todas as transações com mercadorias, serviços e capitais físicos e financeiros entre o país e o resto do mundo.

O balanço de pagamentos apresenta as seguintes subdivisões:

Balança Comercial: Essa conta compreende basicamente o comércio de mercadorias. Se as exportações FOB excedem as importações FOB, temos um superávit no balanço de comércio; caso contrário temos um déficit.

Balanço de Serviços: Registram-se todos os serviços pagos/ recebidos pelo Brasil, tais como fretes, seguros, lucros, juros, royalties e assistência técnica, viagens internacionais.

Transferências Unilaterais: Também conhecidas como conta donativos, registram as doações interpaíses. Estes donativos podem ser em divisas como em mercadorias.

Balanço de Transações Correntes: O somatório dos balanços comercial, de serviços e de transferências unilaterais resulta no saldo em conta corrente ou balanço de transações correntes. Se o saldo do balanço de transações correntes for negativo, temos uma poupança externa positiva, pois indica que o país aumentou seu endividamento externo, em termos financeiros, mas absorveu bens e serviços em termos reais no exterior.

Continuação ( L )

Movimento de Capitais ou Balanço de Capitais: Na conta de capital aparecem as transações que produzem variações no ativo e no passivo externos do país e que, portanto, modificam sua posição devedora ou credora perante o resto do mundo.

A conta de capital subdivide-se em duas:

Movimento autônomo de capital, na forma de investimentos diretos de empresas multinacionais, de empréstimos e financiamentos para projetos de desenvolvimento do país e de capitais financeiros de curto prazo, aplicados no mercado financeiro nacional.

Movimentos induzidos de capital, para financiar o saldo do balanço de pagamentos.

Inclui as contas Atrasadas Comerciais (quando o país não paga suas obrigações na data do vencimento) e Empréstimos de Regulamentação do FMI (quando o país tem problemas de liquidez internacional).

Cabe uma observação sobre a rubrica Erros e Omissões. É a diferença entre o saldo do balanço de pagamentos e o financiamento do resultado que surge quando se tenta compatibilizar transações físicas e financeiras.

A regra internacional é admitir para Erros e Omissões um valor de, no máximo, 5% da soma das exportações com as importações.

## Organismos Internacionais

As grandes guerras mundiais, assim como os conturbados anos da Grande Depressão, que culminaram com a crise dos anos 30, provocaram enormes perturbações na economia de praticamente todos os países, e por conseguinte nas

(relações econômicas internacionais). Já ao final da Segunda Guerra Mundial evidenciava-se a necessidade de mudanças no sistema de pagamentos internacionais.

Tais eram as preocupações reinantes nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, quando se via no comércio mundial um importante instrumento para potencializar o desenvolvimento do mundo capitalista.

Dentro desse contexto foram criados os três principais organismos econômicos internacionais do pós-guerra:

- A) Fundo Monetário Internacional (FMI);  
Um dos objetivos principais do FMI é socorrer os países a ele associados quando da ocorrência de desequilíbrios transitórios em seus balanços de pagamentos.
- B) Banco Mundial;  
Também conhecido por BIRD, foi criado com intuito de auxiliar a reconstrução dos países devastados pela guerra e, posteriormente, para promover o crescimento dos países em vias de desenvolvimento.

Continuação ( L )

- C) Organização Mundial do Comércio (OMC);  
Foi criada com objetivo básico de reduzir as restrições ao comércio internacional e a liberalização do comércio multilateral. Através do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), procurava-se estruturar um conjunto de regras e instituições que regulassem o comércio internacional e encaminhassem a resolução de conflitos entre os países. Nesse sentido, o GATT estabeleceu como princípios básicos: redução das barreiras comerciais, a não - discriminação comercial entre os países, a compensação dos países prejudicados por aumentos de tarifas alfandegárias e a arbitragem de conflitos comerciais.

## O BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL

O início da contabilização do balanço de pagamentos no Brasil data de 1947, quando os levantamentos eram feitos pelo Banco do Brasil e pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente, essa tarefa é atribuição do Banco Central do Brasil. Desde o início, o saldo do balanço de pagamentos em transações correntes tem sido predominantemente deficitário, o que é considerado natural para economias pobres, que dependem de poupança externa para se desenvolver. Na maior parte do período, os déficits foram decorrência de saldo negativo na conta serviços, pois a balança comercial mostrou predomínio de resultados positivos. A década de 70 constitui a exceção mais expressiva, pois nesse período o país acumulou déficits nos balanços comercial e de serviços. A maior parte das dificuldades na balança comercial dessa época resultou do brusco aumento dos gastos com importação em razão do choque do petróleo ocorrido em 1973.

A crise da dívida externa dos anos 80 fez ressurgirem os superávits comerciais. Essa crise se caracterizou pelo corte abrupto nos fluxos de capitais das nações industrializadas para as menos desenvolvidas. Além disso, os países devedores, em particular os da América Latina, foram submetidos a fortes pressões para pronto pagamento dos créditos tomados no passado. Com isso, foram forçados a adotar programas de ajustamento que tinham como meta obter rápido incremento de divisas para honrar os compromissos externos.

Entre 1990 e 1991, houve uma drástica redução dos investimentos diretos no país, bem como dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, reflexo da insegurança dos investidores internacionais quanto às atitudes do governo Collor. De 1992 em diante, a crise de confiança em

nosso governo foi superada e o país voltou a captar recursos internacionais em volumes crescentes.

Em julho de 1994, o Plano Real foi implantado. Dentre suas conseqüências, destaca-se a valorização da moeda nacional, que estimulou importações e reduziu exportações. Esse fato contribuiu para nova transformação nas relações econômicas brasileiras com o resto do mundo, deixando o país numa situação muito vulnerável aos movimentos especulativos internacionais.

### BALANÇOS DE PAGAMENTOS ( EXERCÍCIOS )

1) Dadas seguintes informações sobre o Balanço de Pagamentos, em milhões de reais:

Fretes Pagos	30
Empréstimos Externos Recebidos	40
Importações ( FOB )	80
Exportações ( FOB )	110
Donativos Recebidos e Reais	10
Amortizações Pagas	20
Juros	15
Investimento Direto	70
Viagem ( Turismo Estrangeiro )	30

Pede – se:

- A) O Saldo da Balança Comercial ( BC )
- B) O Saldo da Balança de Transações Correntes ( BTC )
- C) O Saldo da Balança de Pagamentos ( BP )

2) Dadas as seguintes informações sobre o Balanço de Pagamentos, em milhões de reais:

Fretes Pagos	20
Empréstimos Externos Recebidos	20
Importações ( FOB )	80
Exportações ( FOB )	100
Donativos Recebidos e Reais	5
Amortizações Pagas	10

Pede – se:

- A) O Saldo da Balança Comercial ( BC )
- B) O Saldo da Balança de Transações Correntes ( BTC )
- C) O Saldo da Balança de Pagamentos ( BP )

3) Numa economia, durante um determinado ano, efetuaram-se as seguintes transações com exterior ( em dólares ):

- a) Importação de Mercadorias a vista: 350 milhões.
- b) Importação de equipamentos: 50 milhões financiados a longo prazo.
- c) Ingressam 20 milhões de dólares em equipamentos para firmas estrangeiras.
- d) Exportação a vista: 400 milhões.
- e) Pagamento de fretes, a vista, no valor de 50 milhões.
- f) Remessa ao exterior: lucros de companhia estrangeiras ( 10 milhões ), amortizações ( 30 milhões ) e juros ( 20 milhões ).
- g) Recebimento de 10 milhões de dólares em donativos.

Pede-se montar o Balanço de Pagamentos completo do país.

### BALANÇOS DE PAGAMENTOS ( EXERCÍCIOS )

1) Dadas seguintes informações sobre o Balanço de Pagamentos, em milhões de reais:



Viagem ( Turismo Estrangeiro )	15
Empréstimos Externos Recebidos	25
Importações ( FOB )	45
Donativos Recebidos e Reais	25
Amortizações Pagas	55
Juros	35
Investimento Direto	70
Exportações ( FOB )	85
Fretes Pagos	30

Pede – se:

- A) O Saldo da Balança Comercial ( BC )
- B) O Saldo da Balança de Transações Correntes ( BTC )
- C) O Saldo da Balanço de Pagamentos ( BP )

2) Dadas as seguintes informações sobre o Balanço de Pagamentos, em milhões de reais:

Fretes Recebidos	45
Fretes Pagos	35
Empréstimos Externos Recebidos	10
Importações ( FOB )	180
Exportações ( FOB )	100
Donativos Recebidos e Reais	35
Amortizações Pagas	20

Pede – se:

- A)O Saldo da Balança Comercial ( BC )
- B)O Saldo da Balança de Transações Correntes ( BTC )
- C)O Saldo da Balanço de Pagamentos ( BP )

3) Numa economia, durante um determinado ano, efetuaram-se as seguintes transações com exterior ( em dólares ):

- a) Importação de Mercadorias a vista: 250 milhões.
- b) Importação de equipamentos: 80 milhões financiados a longo prazo.
- c) Ingressam 30 milhões de dólares em equipamentos para firmas estrangeiras.
- d) Exportação a vista: 360 milhões.
- e) Pagamento de fretes, a vista, no valor de 45 milhões.
- f) Remessa ao exterior: lucros de companhia estrangeiras ( 15 milhões ), amortizações ( 30 milhões ) e juros ( 10 milhões ).
- g) Recebimento de 40 milhões de dólares em donativos.

Pede-se montar o balanço de pagamentos completo do país.

#### Estrutura do Balanço de Pagamentos

##### A. Balança Comercial ( Mercadorias )

- Importações ( débito )
- Exportações ( crédito )

##### B. Balanço de Serviço

- Viagens ( turismo )
- Transportes ( fretes )
- Seguros
- Rendas de Capitais ( juros, lucros, dividendos e lucros reinvestidos pelas multinacionais ).

- Serviços diversos ( royalties, assistência técnica )
  - Serviços governamentais ( embaixadas )
- C. Transferências Unilaterais ( Donativos em Divisas ou Mercadorias )
- D. Balço de Transações Correntes ou Saldo em Conta Corrente  
( Resultado Líquido de A + B + C )
- E. Movimento de Capitais Autônomos ( Transações Monetárias )
- Investimento diretos líquidos ( novas firmas estrangeiras )
  - Reinvestimentos ( multinacionais já instaladas no país )
  - Empréstimos e financiamentos ( Banco Mundial, BID, bancos privados e oficiais estrangeiros )
  - Amortizações
  - Capitais de curto prazo
- F. Saldo do Balço de Pagamentos ( Resultado Líquido de D + E )

#### Aspectos da Distribuição da Renda no Brasil ( J )

##### Apresentação

O crescimento econômico constitui um processo através do qual a renda *per capita* de uma dada sociedade se eleva persistentemente. Acompanhando este crescimento, ocorre uma série de transformações estruturais de ordem quantitativa e qualitativa. Dentre essas destacam - se: diminuição das taxas brutas de natalidade e mortalidade, que alteram a estrutura etária da população e da força de trabalho; ampliação do sistema escolar e de saúde; maior acesso aos meios de transportes, de comunicação e culturais; urbanização das atividades econômicas e da força de trabalho em detrimento do setor primário e a favor das atividades de serviços; maior integração com as economias mundiais; e o aumento da produtividade média da economia nos diferentes setores da atividade econômica, liberado pelo setor industrial.

O desenvolvimento econômico, por sua vez, pressupõe que, paralelamente ao primeiro processo, a maior parte da população dessa sociedade seja a principal beneficiária desse conjunto de transformações estruturais. Entende-se que, ao longo do tempo, para a maior parte da população, devam ocorrer melhorias no padrão de vida material, maior tempo de vida e saúde, ampliação no exercício da cidadania, e maiores oportunidades de aperfeiçoamento pessoal.

Assim sendo, estudos sobre a evolução da distribuição de renda e de outros indicadores sociais são importantes para detectar se de fato o crescimento econômico está atingindo estes objetivos.

No caso brasileiro, essas mudanças se fizeram sentir, principalmente após a década de 50, em que o país, assim como outros países denominados de *em desenvolvimento*, ingressou num processo de crescimento econômico acelerado, sob a liderança do setor industrial. No entanto, ao contrário de outros países do leste asiático, que também cresceram de forma acelerada, a evolução dos indicadores sociais apresentou resultados pífios.

Países	População 1993	Esperança de vida ao nascer (anos) 1993	Mortalidade infantil até um ano 1993	Percentagem dos matriculados 2º Grau 1992	Percentagem dos matriculados 3º Grau 1992	Índice de desigualdade na distribuição da renda (+20%/-20%) em torno de 1989

Brasil	156,5	63	57	39	12	32,2
Indonésia	187,2	63	56	38	20	4,9
Malásia	19	71	13	72	23	11,9
México	90	71	35	55	12	13,6
Chile	13,8	74	16	72	23	18,3
Argentina	33,8	72	24	69	23	11,4

Continuação ( n )

Especificamente, com relação à distribuição da renda familiar, o relatório do Banco Mundial de 1995 indica, para o final da década de 80, que entre 43 países, em apenas um, o Brasil, as famílias 10% mais ricas possuíam mais do que 50% da renda total. Entre os países mais industrializados, o denominado *Grupo do 7* ( *EUA, Canadá, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Japão* ), por exemplo, esse indicador tem um valor entre 27,8 no Reino Unido e 22,8% no Japão.

O Brasil caracteriza-se por grandes diversidades regionais e entre estados da mesma região. Os índices de desenvolvimento humano, calculados para as unidades da federação brasileira, mostram que:

\* oito – Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo – apresentam índices elevados de desenvolvimento humano > 0,8, embora inferiores àqueles países industrializados >0,9 e de países do continente latino americano, como Argentina, Uruguai e Chile > 0,88;

\* outros onze – Amazonas, Amapá, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Roraima, Rondônia, Pará, Acre, Sergipe e Bahia – possuem índices menores, entre 0,6 e 0,8, mas ainda superiores à média dos países em desenvolvimento;

\* os últimos seis – Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Ceará, Alagoas e Piauí -, entre 0,46 e 0,6, abaixo da média dos países em desenvolvimento e próximo dos países que apresentam os menores índices de desenvolvimento humano, países do continente africano.

#### Educação, crescimento e distribuição de renda.

Muito se tem discutido e escrito sobre o papel reservado ao sistema educacional como instrumento para a melhora da distribuição de renda e da riqueza no Brasil. Normalmente os economistas, a partir da constatação de correlação positiva entre educação ( anos de escolaridade ) e nível de renda, concluí-se que as desigualdades na distribuição de renda são resultantes do rápido crescimento da demanda de pessoal qualificado, como conseqüência do crescimento acelerado da economia brasileira nas últimas duas décadas, para a melhora dessa situação é suficiente a ampliação da oferta de pessoal qualificado, ou seja, basta ampliar a capacidade do sistema educacional brasileiro.

A lógica por trás desses resultados parece bastante simples. Os países pobres apresentam escassez relativamente alta de mão de obra qualificada. Sem este tipo de mão de obra, que só pode ser obtido por meio da educação formal, não seria possível o desenvolvimento da economia. Conseqüentemente, ao lado de aumento de estoque de capital, dever-se-ia dar prioridade a investimentos que ampliassem a oferta de capital humano, para que os países pobres pudessem desenvolver-se. Os mecanismos com os outros quais a ampliação do estoque de capital humano poderia contribuir para o crescimento econômico seriam os seguintes:

I – melhoria da força de trabalho, dotando-a de conhecimento e especializando-a;

II - criação de uma liderança intelectual apta a preencher os cargos que se abrem nos setores público e privado; e

III – criação do tipo de treinamento e educação que elimine o analfabetismo e habilite a força de trabalho, qualificando-as para atividades ditas modernas.

Continuação ( n )

## O Caso Brasileiro: a argumentação tradicional

Muitos têm argumentado que uma das explicações para a deterioração da distribuição da renda no Brasil, principalmente a partir da década de 60, foi a escassez relativa da mão de obra especializada. Como nesse período a economia cresceu a taxas elevadas, com conseqüência da expansão da demanda da mão de obra especializada, em mesmo tempo em que a oferta deste tipo de mão de obra não se expandiu no mesmo ritmo, o resultado constituiu um aumento substancial da renda dos que possuíam especialização. Como conseqüência, a solução proposta para resolver o problema distributivo tem sido no sentido de ampliação da oferta de mão de obra especializada. E, para isso, seriam necessárias políticas que levassem à ampliação de vagas em todos os níveis do sistema educacional brasileiro, com o que o próprio mercado se encarregaria de reduzir o diferencial existente entre as rendas de mão de obra especializada e não especializada.

### As falhas da argumentação tradicional

A razão básica para supor que o sistema educacional seja concentrador de renda repousa exatamente na correlação positiva que se observa entre nível educacional e renda no ciclo de vida do indivíduo. E rendas mais elevadas constituem de fato uma realidade para aqueles que conseguem concluir o ciclo secundário e superior. É comum encontrar diferenciais de renda acima de 1.000% entre os indivíduos com o primário incompleto e aqueles com formação superior. Uma vez que o nível de renda depende tão claramente do nível de escolaridade, pode-se afirmar que as desigualdades de rendas são mantidas ou ampliadas, caso os estudantes dos escalões intermediários e inferiores de renda sejam desproporcionalmente representados no ciclo secundário e universitário.

Existem duas razões econômicas fundamentais para justificar a proposição de que o sistema brasileiro é inerentemente não igualitário, no sentido de que estudantes pobres têm menores chances de completar um dado ciclo educacional que aqueles de famílias ricas. Primeiro, o custo da educação fundamental, especialmente o custo de oportunidade do trabalho das crianças, para as famílias pobres, é mais elevado que para as famílias ricas. Segundo, os benefícios esperados da educação primária são mais baixos para os estudantes pobres que para os estudantes ricos. Os custos mais elevados e os benefícios esperados menores atuam no sentido de tornar as taxas de retorno do investimento, na educação dos filhos, menores para as famílias pobres que para aquelas relativamente ricas. Conseqüentemente, os pobres têm uma probabilidade maior de abandonar a escola em seus primeiros anos. Seria, portanto, interessante discutir as razões que contribuem para essas diferenças entre os ricos e os pobres nos custos e benefícios da educação.

Em primeiro lugar, os jovens contribuem com seus trabalhos para a renda da unidade familiar pobre, o que significa que, mesmo que os primeiros anos da escola sejam gratuitos, eles acarretam um custo para a família: *a renda sacrificada ou o custo de oportunidade do trabalho do jovem*. Este é o ponto mais elevado para a família pobre do que para a rica.

### Continuação ( n )

Nas zonas rurais, e mesmo nas zonas urbanas, é comum o trabalho de crianças em idade escolar. Se uma criança não pode trabalhar porque está na escola, a família sofrerá queda razoável em sua produção de subsistência ( no caso das zonas rurais ) ou será obrigada a contratar mão de obra para substituir a mão de obra da criança. Em qualquer das situações existirá um custo para as famílias pobres, cuja significância diminui à medida que a escala de renda da família é elevada e que as famílias estão no setor urbano.

A conseqüência destes custos de oportunidade elevados é de que a freqüência às aulas e, portanto, o próprio desempenho tende a ser muito menor para as crianças de famílias pobres que para aquelas oriundas de famílias relativamente mais bem situadas economicamente. Então, apesar de no Brasil existir educação primária gratuita, e de ser obrigatória por lei, as crianças pobres e, em especial, as das zonas rurais muito dificilmente conseguem ir além do ensino Médio. Seu mau desempenho escolar não tem nada a ver com a falta de capacidade de aprendizado. Pelo contrário, reflete meramente circunstâncias econômicas desfavoráveis.

Em outras palavras, para qualquer nível educacional ( talvez com alguma exceção no nível superior ) o estudante pobre tende a ter uma probabilidade muito menor de ocupar um emprego que requeira um dado nível de escolaridade que um estudante rico. Mesmo na agricultura, seria possível argumentar que, apesar de a educação contribuir para o aumento da produtividade, os benefícios

correntes são maiores para aquelas famílias que possuem terra e também os demais recursos financeiros para modernizar suas técnicas de produção que para aqueles que não são proprietárias.

#### A distribuição de renda no Brasil

O país mantém após os anos 60, período no qual começam a existir estatísticas sistematizadas, um elevado grau de desigualdade na distribuição de renda pessoal que se agrava ao longo das décadas seguintes ( Tabela 19.3 ). Este perfil deve ser remetido em primeiro lugar aos determinantes estruturais desse fenômeno e em seguida à inexistência de políticas distributivas contínuas e consistentes conduzidas pelo Estado após os anos 50, quando se inicia um processo persistente de industrialização.

Tabela 19.3  
Distribuição de Rendimento da População Economicamente Ativa. Brasil 1960-1993.

Percentuais	1960	1970	1980	1985	1989	1993
10% mais pobres	1,9	1,2	1,2	0,9	0,7	0,7
30% mais pobres	5,9	6,2	6,2	5,3	4,5	5,4
50% mais pobres	17,4	15,1	14,1	13,1	10,9	12,9
30% mais ricos	66,1	71,7	73,2	74,6	77,5	74,4
10% mais ricos	39,6	46,5	47,9	47,7	52,2	49,0
1% mais ricos	12,1	14,5	13,5	13,3	15,9	15,5

Continuação ( n )

O passado colonial e escravocrata é o ponto de partida da concentrada distribuição de riqueza e da renda no Brasil. A posse da terra desde o início da colonização caracterizou-se pelo elevado grau de concentração, pela violência na expropriação de terras ocupadas e pelas dificuldades enfrentadas pelos novos ocupantes para legalizarem suas propriedades. Essa base, não única, mas inicial do poder econômico refletiu-se numa estrutura de poder político concentrado, autoritário e paternalista que se manteve de forma persistente no País até a segunda Grande Guerra, recortados por breves períodos de maior participação política.

Por outro lado, o Brasil, apresenta especificidades regionais quanto a essa questão. O processo de industrialização inicia-se no final do século XIX na região Sudeste que representava o pólo dinâmico da economia, centro da economia exportadora, devido ao cultivo e à exportação do café. Esta é a região que passa a ser a maior beneficiária do processo de crescimento econômico que se estabelece no País nos anos 30 e de maneira mais acelerada e persistente após os anos 50.

#### Os anos 60

Entre os anos 60 e 70, todos os percentuais de renda perderam participação, exceto os 10% mais ricos. Isto deflagrou um intenso debate nos anos 70 sobre as principais causas que motivaram tal fato. Entre as interpretações divergentes e complementares é interessante reportar pelo menos duas. A primeira liderada por Langoni ( 1973 ), postulou o efeito de 2 mecanismos transitórios e auto-corrigíveis ao longo do rápido processo de crescimento econômico no período, para explicar o grau de desigualdade, referia-se às mudanças na composição da força de trabalho, por região, setor econômico, sexo e, especialmente na distribuição da escolaridade. O segundo dizia respeito ao crescimento da demanda por mão de obra qualificada como consequência da complementaridade entre capital e mão de obra mais qualificada ao longo do processo de crescimento econômico.

#### Os anos 70

No anos 70, a tendência concentradora continuou, embora de uma maneira menos exacerbada do que na década anterior. A manutenção das altas taxas de crescimento econômico e a expansão do emprego urbano permite ganhos reais para todos os estratos de renda, embora os grupos mais elevados, especialmente os 10% mais ricos, tenham apresentado novamente taxas de crescimento da renda superiores aos demais.

Estudo realizado por Hoffmann para os anos 70 mostra que a renda familiar para o Brasil permaneceu praticamente inalterada nesta década. Este fato deveu-se, segundo este autor, a dois motivos: maior número de membros por família que trabalham, menor tamanho médio das famílias e menor grau de desigualdade na região Sudeste. Por sua vez, os indicadores calculados de acordo com o conceito de rendimento familiar per capita revelaram que ocorreu uma redução sensível no índice de desigualdade. Este fato também é explicado pelo aumento do número de membros ativos por família e pela diminuição do número médio das famílias, que declinou de 4,8 para 4,4 membros.

### *Planos de estabilização*

#### *Plano Cruzado*

O Plano Cruzado foi um conjunto de medidas econômico-institucionais descrito pelo Decreto-lei no 2.283, cujas principais medidas foram:

- substituição do cruzeiro pelo cruzado como nova moeda do sistema monetário brasileiro, 1 cruzado equivalendo a 1.000 cruzeiros;
- conversão geral, por prazo indefinido, dos preços finais dos produtos, ao nível vigente em 27 de fevereiro (exceto as tarifas industriais de energia elétrica);
- conversão dos salários com base na média do seu poder de compra nos seis meses anteriores, e mais um acréscimo de 8% para os salários em geral e de 16% para o mínimo;
- aluguéis e hipotecas seriam convertidos seguindo-se a mesma fórmula aplicada aos salários, mas sem o aumento de 8%;
- introdução da escala móvel de salários (gatilho), a qual garantia um reajuste salarial automático a cada vez que o aumento acumulado no nível de preços ao consumidor atingisse 20%;
- proibição da indexação em contratos com prazo inferior a um ano;
- conversão dos contratos previamente estabelecidos em cruzeiros para cruzados, de acordo com uma tabela em que o cruzeiro era desvalorizado a uma taxa mensal de 14% (taxa de inflação mensal esperada contida nos contratos) em face da nova moeda.
- O regime cambial foi congelado na paridade de 13,84 cruzados por dólar.

Nos primeiros meses, o plano teve aparente sucesso, com controle da inflação e crescimento econômico.

- O grande apoio da população deu origem aos “fiscais do Sarney”. O congelamento transformou-se assim no elemento do Plano Cruzado de maior apelo popular, o que levaria o governo a sustentá-lo ao máximo, a qualquer custo, sobretudo por se tratar de ano eleitoral.

- Houve uma explosão de consumo, reprimido durante os anos anteriores, provocada pelo aumento do poder de compra dos salários, além de uma grande “despoupança”.

- Após as eleições estaduais, foi decretada outra ampla reforma econômica: o Cruzado

-

#### *Plano Bresser*

- No mês de junho de 87, o novo ministro lançou o Plano de Estabilização Econômica, mais conhecido como Plano Bresser, um pacote híbrido, com elementos ortodoxos e heterodoxos, assemelhando-se ao Cruzado em alguns aspectos, mas procurando evitar os erros já cometidos.

- A meta principal do plano era controlar a inflação e evitar uma hiperinflação. Para tanto o governo tomou as seguintes medidas:

- o gatilho foi extinto, reduziu-se os gastos do governo e as taxas de juros reais foram mantidas elevadas;

- preços e salários foram congelados por três meses;

- política cambial de desvalorizações diárias para evitar desequilíbrios externos;

- política fiscal e monetária rigorosas.

- No início, o plano atingiu alguns de seus objetivos, baixando a inflação e o déficit público e expandindo os saldos comerciais, o que possibilitou o fim da moratória da dívida externa.

- Com o passar do tempo, outros problemas começaram a surgir: o plano perdeu credibilidade junto à opinião pública, os desequilíbrios dos preços relativos e superávits comerciais causaram pressões

inflacionárias, os juros altos inibiram o investimento e a reforma tributária que fazia parte do plano foi barrada por restrições de ordem política.

#### *Maílson da Nóbrega – da política do feijão-com-arroz ao Plano Verão*

- Seu objetivo era cortar o déficit operacional de 8% para 4% e reter a inflação ao redor dos 15% ao mês. Dentre as medidas tomadas destacam-se a suspensão temporária dos reajustes do funcionalismo público e o adiantamento dos aumentos de preços administrados.
- Tal política foi malsucedida e, em julho de 1988, a inflação já ultrapassava 24% e os preços públicos foram reajustados. Emitia-se moeda para cobrir os superávits da balança comercial e a nova constituição dificultava a pretendida redução dos gastos públicos.
- Em novembro de 1988, celebrou-se entre governo, empresários e trabalhadores o chamado pacto social, que estabelecia limites para aumentos de preços e propunha uma revisão da metodologia de reajustes salariais e um plano para equilibrar as contas públicas.
- O fracasso dessa nova tentativa levou o governo a decretar um novo plano econômico: o Plano Verão. Em 15 de janeiro de 1989, foi anunciado o Plano Verão, outro plano misto. Foi introduzida uma nova moeda (Cruzado Novo), equivalente a mil cruzados e o dólar foi cotado a NCz\$1,00 após uma desvalorização da moeda nacional.
- Principais medidas: taxas de juros elevadas, desindexação e a promessa de ajuste fiscal; os preços foram congelados por tempo indeterminado e os salários foram convertidos pelo poder de compra médio dos doze meses anteriores e reajustados em 26,1%, sendo extinto o indexador dos salários;
- Em setembro de 1989 o governo suspendeu o pagamento dos juros da dívida externa, em razão da deterioração do saldo comercial.

#### Plano Real e seus desdobramentos

*- O plano em si*

*Fase 1 – o PAI*

*Fase 2 – a URV*

*Fase 3 – a nova moeda*

*- Nível de Atividade, Renda e Emprego*

*- Avaliação do Plano Real e perspectivas*

*Setor externo*

*O retorno ao FMI*